

A construção do Brasil é também da montagem de uma estrutura social que possibilitou a manutenção do racismo, inclusive após a abolição da escravidão, que pode ser abordada a partir da construção da sociedade junto às suas ações e suas leis. Como o Brasil foi o último país das Américas e um dos últimos do mundo a abolir a escravidão, não há dúvida de que essas ações contribuam para o racismo estrutural, uma prática ainda muito presente na contemporaneidade brasileira. A mão de obra do Brasil Colônia e do Brasil Império foi pautada na escravidão e no preconceito racial, tornando-o estrutural, mesmo com as leis abolicionistas que começaram a surgir na segunda metade do Século XIX, a partir da proibição do tráfico de escravos para o Brasil e de leis como a do Ventre Livre e a dos Sexagenários, pois estas duas leis, de nenhuma forma, após a promulgação, prepararam o negro que nascia livre ou se tornava liberto para ser encaixado nas opções de emprego e de educação na sociedade.

O contexto do pós-Lei Áurea também foi de preconceito contra os alforriados, já que havia a vasta preferência em empregar os imigrantes europeus, que entravam no país em grande volume, no intuito sociológico do branqueamento da população, além de uma lógica mercantilista em pagar uma mão de obra cada vez mais barata, devido ao aumento da concorrência. Nessa atmosfera, o Século XX perpetuou o que chamamos de racismo estrutural, ou seja, a sociedade brasileira foi alicerçada sobre uma estrutura racista em que o negro sempre foi uma classe associada aos trabalhos do corpo e não do intelecto e, por essa discriminação e falta de oportunidades, a população preta se tornou também a população mais pobre. Uma estrutura em que a dita democracia racial se tornou um mito, pois o privilégio foi construído como uma exclusividade dos brancos pela mera cor da pele.

A Frente Negra surgiu no esteio da primeira metade do Século XX, assim como a Lei de Combate à Discriminação Racial, mas a legislação que teve mais efetividade na contribuição contra o racismo foi a Constituição Federal de 1988, quando tornou o racismo crime inafiançável e imprescritível. Mesmo com a força da Lei Constitucional, atualmente o racismo continua presente no país e a necessidade premente do seu combate tem na representatividade uma das premissas mais importantes, ou seja, a conscientização de entidades, grupos e pessoas, independentemente da cor, na defesa e na representação dos interesses e das expressões em nome da luta antirracista, o que o fragmento textual e a imagem demonstram claramente.

Considerando que o texto e a imagem apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, abordando os seguintes aspectos:

- 1 o racismo como um problema estrutural no Brasil; **[valor: 12,00 pontos]**
- 2 a criminalização do racismo no Brasil; **[valor: 9,50 pontos]**
- 3 a necessidade de representatividade para o combate à discriminação racial brasileira. **[valor: 7,00 pontos]**

Os militantes negros ganharam um impulso importante em 1948, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, com o voto do Brasil, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que todos são iguais perante a lei, sem nenhum tipo de discriminação, inclusive por cor ou raça. O mundo acabava de sair da Segunda Guerra Mundial, e a ONU agia para impedir que se repetissem pelo mundo os crimes de cunho racista perpetrados pela Alemanha nazista.

Internet: <senado.leg.br> (com adaptações).

O humor racista é um tipo de discurso de ódio, é um tipo de mensagem que comunica desprezo, que comunica condescendência por minorias raciais. Mais do que isso, ele reforça a noção de que minorias raciais não são atores sociais competentes, o que compromete a possibilidade de que elas consigam acesso a oportunidades profissionais.

O ambiente de trabalho é o lugar no qual o racismo recreativo mais se manifesta. [...] O Poder Judiciário tem uma posição ambígua a esse respeito. Muitos juízes de varas criminais exigem a comprovação de dolo específico para o crime de injúria racial, o que os leva a desconsiderar a natureza nociva do racismo recreativo. A situação é diferente na justiça do trabalho. Ali vemos inúmeros juízes reconhecendo que piadas racistas no ambiente do trabalho são formas de assédio moral porque são injúrias raciais.

Internet: <cartacapital.com.br> (com adaptações).

Tendo os textos precedentes como unicamente motivadores, redija um texto dissertativo acerca do racismo recreativo. Em seu texto, aborde as características dessa prática **[valor: 9,50 pontos]** e as suas consequências no ambiente laboral **[valor: 9,50 pontos]**, bem como apresente ações individuais, da sociedade e, sobretudo, de organizações para extinguir essa prática de discriminação racial no Brasil **[valor: 9,50 pontos]**.

QUESTÃO 3

O capital demanda a disponibilidade de elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. Além de os bons resultados/retornos obtidos serem complementados e potencializados pelo acesso às melhores terras (planas, férteis, com localização favorável) e por uma logística de transportes adequada, o sucesso do empreendimento como um todo requer a garantia de acesso à água: superficial (grandes rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos), subterrânea, por meio de intervenções (em regra, represamentos de cursos d'água) ou por índices pluviométricos satisfatórios e com regularidade adequada às demandas do ciclo produtivo.

Antônio Thomaz Júnior. **O agro-hidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI.** In: *Revista Campo Território*, v. 5, n. 10. Uberlândia, 2010 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto a respeito do papel estratégico da água no agronegócio brasileiro, ressaltando os conflitos socioterritoriais decorrentes do uso desse recurso natural no setor. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 relação entre agronegócio e uso da água; [valor: 10,00 pontos]
- 2 principais atividades agropecuárias envolvidas na dinâmica do agro-hidronegócio; [valor: 8,50 pontos]
- 3 impactos ambientais e sociais do agro-hidronegócio. [valor: 10,00 pontos]

A inserção do Brasil internacional no âmbito da segurança, nos planos global e regional, comporta uma grande diversidade de aspectos. Contudo, questões relacionadas às ameaças de natureza e alcance transnacionais vêm adquirindo crescente importância para o país em ambos os planos, tanto pela magnitude, complexidade e enlaces com outros desafios de segurança como também por suas manifestações e implicações imediatas na segurança doméstica.

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial, discorra a respeito da inserção do Brasil no âmbito da segurança internacional, identificando as principais instâncias e mecanismos por meio dos quais se dá a participação do país nos esforços de enfrentamento ao terrorismo [valor: 9,50 pontos]; na cooperação para o enfrentamento ao crime organizado transnacional [valor: 9,50 pontos]; e, por fim, na cooperação frente aos crimes cibernéticos [valor: 9,50 pontos].

A inserção internacional do Brasil no âmbito da segurança está centrada em esforços cooperativos, privilegiando a participação no diálogo político, nos mais importantes instrumentos jurídicos e regimes internacionais de cooperação, nos planos global, regional e bilaterais simultaneamente, com especial atenção, porém, àqueles celebrados no âmbito das Nações Unidas. Entre a variedade dos temas da agenda de segurança internacional, vêm ganhando destaque, para o Brasil, aqueles vinculados às ameaças de alcance e natureza transnacional, como o terrorismo, o crime organizado e os crimes cibernéticos. Apesar de não ser alvo ou palco privilegiado do terrorismo internacional, mas reconhecendo o espraiamento do fenômeno e a crescente exposição externa da sociedade e do Estado brasileiro, o Brasil não se tem furtado a ser parte ativa de todas as convenções multilaterais celebradas no marco da ONU voltadas para a prevenção e o combate ao terrorismo, com destaque para Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas e a Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo.

No plano regional, toma parte ativa das participa das tratativas conduzidas sob a égide da Organização dos Estados Americanos por meio da Convenção Interamericana de Combate ao Terrorismo e do Comitê Interamericano para o Combate ao Terrorismo (CICTE). A dimensão multilateral é complementada pela cooperação bilateral em matéria judicial, policial e de inteligência e pela adequada internalização das normativas e dos compromissos internacionais subscritos pelo país. As posições brasileiras sobre o tema refletem a preocupação de não submeter a cooperação multilateral ou as políticas do próprio país aos desígnios de um ator ou conjunto de atores e de evitar que o ativo engajamento do país no enfrentamento ao terrorismo não o converta em alvo ou espaço privilegiado para a presença ou atuação de grupos terroristas. No tocante ao crime organizado transnacional, o Brasil também favorece a cooperação multilateral global e regional, tendo como principais vetores dessa cooperação a Convenção de Palermo e seus protocolos, a Convenção de Mérida, o Grupo de Ação Financeira (GAFI) e o Grupo de Ação Financeira do Sul (GAFISUD) da América Latina (GAFILAT). Do ponto de vista regional, a cooperação com os países vizinhos em instâncias do MERCOSUL, da UNASUL, e o estreitamento de vínculos entre a Polícia Federal e as polícias e agências de segurança de importantes parceiros continentais e a cooperação em matéria judicial e de inteligência representam importantes vetores da ação internacional brasileira, abrangendo as diferentes modalidades de ilícitos transnacionais, em particular o narcotráfico e delitos conexos.

A atuação internacional do Brasil no tocante à cooperação frente aos crimes cibernéticos tem-se dado preponderantemente por vias bilaterais e no âmbito regional por intermédio da Organização dos Estados Americanos, nos marcos do Comitê Interamericano de Combate ao Terrorismo e do Programa de Segurança Cibernética. Isso porque o país não é signatário da Convenção de Budapeste, único marco da cooperação bilateral nessa matéria. O Brasil justifica sua recusa alegando falta de transparência na negociação e dificuldades com aspectos específicos da referida convenção relacionados à liberdade de expressão, criação e disseminação de informações e propriedade intelectual. Tal fato, contudo, não impede o país de se manter atualizado do ponto de vista jurídico e das tratativas políticas sobre o tema e de manter eixos de cooperação com destacados parceiros da comunidade internacional.

O fato de o Brasil não ser parte de instrumento jurídico de caráter multilateral sobre o tema não o impede de atuar ativamente em espaços multilaterais, tendo entabulado recentemente iniciativas com importantes parceiros como os Estados Unidos, Alemanha e os demais países do BRICS. Em suma, a atuação do Brasil no tocante aos desafios e às ameaças transnacionais dá conta de permanentes esforços de cooperação nos planos global e regional, em formas multilaterais e bilaterais, envolvendo as esferas política, diplomática, militar, judicial, policial e de inteligência. Tais esforços contemplam, também, cautelas e singularidades derivadas das formas como com que aqueles desafios e ameaças se expressam no país.

O Brasil registrou nesta quarta-feira (22/7) o maior número de casos do novo coronavírus desde o início da pandemia de covid-19. Nas últimas 24 horas, mais 67.860 infecções foram confirmadas pelo Ministério da Saúde. Com isso, o país já soma 2.227.514 infectados. A atualização também confirmou pelo segundo dia consecutivo mais de mil mortes pela doença. Com mais 1.284 óbitos, o país totaliza 82.771 vítimas.

Nem mesmo no dia em que o país sofreu com problemas de instabilidades no sistema de atualização e precisou inserir em um mesmo dia os casos atrasados houve um registro diário tão expressivo quanto o desta quarta. Na ocasião, em 19 de junho, foram acrescentados 54.771 novas infecções.

Dentro do Brasil, a maioria dos estados já acumula mais de mil óbitos pela covid-19. Das 27 unidades federativas, 20 integram essa lista. Quem lidera o ranking brasileiro é São Paulo, com 20.532 óbitos pelo novo coronavírus. O Rio de Janeiro é o segundo com mais fatalidades, com 12.443 vítimas da doença. Os dois são os únicos estados que têm mais de 10 mil mortes.

Bruna Lima e Maria Eduarda Cardim. Brasil tem recorde de 67.860 novos casos de covid-19 em 24 horas. Internet: <www.correiobraziliense.com.br>

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo – em 30 linhas – acerca do seguinte tema:

A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS E SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO BRASIL

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- Principais impactos sociais e sanitários causados pela disseminação do novo coronavírus (9,00 pontos)
- Consequências econômicas da pandemia (9,00 pontos)
- Estratégias governamentais e individuais desenvolvidas para o enfrentamento do SARS-COV-2 e a mitigação dos seus efeitos (9,00 pontos)

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

**URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:
PROBLEMAS, ALTERNATIVAS E DESAFIOS**

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 problemas da administração pública que dificultam a ocupação urbana ordenada; **[valor: 6,50 pontos]**
- 2 alternativas para enfrentar os problemas de mobilidade nas grandes metrópoles; **[valor: 6,50 pontos]**
- 3 desafios para a defesa social resultantes do crescimento desordenado das cidades. **[valor: 6,00 pontos]**

AGENTE DE POLÍCIA E ESCRIVÃO DE POLÍCIA

PROVA DISCURSIVA

Aplicação: 12/6/2016

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

No que se refere ao primeiro aspecto a ser abordado (“problemas da administração pública que dificultam a ocupação urbana ordenada”), espera-se que o candidato se reporte a pontos mencionados no próprio texto motivador, a exemplo da ausência de políticas públicas consistentes que impeçam ou reduzam significativamente o inchaço habitacional e de políticas habitacionais que priorizem a construção de moradias próximas aos locais de trabalho. O trânsito caótico gera congestionamentos que resultam em elevados custos, seja financeiros, seja físico-psíquicos. Relativamente ao segundo aspecto (“alternativas para enfrentar os problemas de mobilidade nas grandes metrópoles”), o candidato poderá mencionar, de plano, a melhoria do transporte público, como a racionalização das linhas de ônibus, a implantação e expansão da malha ferroviária urbana e de metrô, além dos modernos veículos leves sobre trilhos e da multiplicação de seguras ciclovias. Por ser a violência urbana um dos principais problemas enfrentados nas grandes metrópoles e consequência, inclusive, da falta de planejamento urbano e de políticas públicas habitacionais e econômicas consistentes (exemplificadas pelos processos de favelização de determinadas regiões, pelo aumento do número de pessoas sem teto, entre outros fatores que aumentam a vulnerabilidade dos indivíduos, favorecendo, assim, o aumento dos índices de violência), o candidato deve responder que o desafio da defesa social é desenvolver estratégias eficientes que garantam a segurança da sociedade, e apontar possíveis ações que possam ser realizadas para esse fim. Deve ainda observar que a atuação da defesa social deve se dar de maneira ética diante de uma série de obstáculos administrativos, burocráticos e financeiros, contribuindo, assim, para minimizar os impactos da violência, manifestada cotidianamente, inclusive, no trânsito dos grandes centros urbanos.

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
 CAPÍTULO I
 DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] [...]

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...]

IX – é livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...]

XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (com adaptações).

No âmbito da dignidade humana, é fácil intuir a necessidade de ser assegurada a liberdade de expressão: não há vida digna sem que o sujeito possa expressar seus desejos e convicções. Viver dignamente pressupõe a liberdade de escolhas existenciais que são concomitantemente vividas e expressadas. Dito de outro modo, viver de acordo com certos valores e convicções significa, implícita e explicitamente, expressá-los. No que diz respeito à democracia, a liberdade de expressão é direito fundamental diretamente correlato à garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes políticas e ideológicas.

Internet: <www12.senado.leg.br> (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 a importância social e individual do direito à liberdade de expressão; [valor: 19,00 pontos]
- 2 os limites do direito à liberdade de expressão. [valor: 19,00 pontos]